

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

Contratação de empresa para fornecimento **DE RATICIDA, BARATICIDA, FORMICIDA E MOLUSCICIDA (iscas em bloco e iscas em grão de trigo)**, para controle de pragas e vetores no município de São Pedro da Aldeia, conforme características e quantitativos indicados neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	2000	und	Baraticida – Isca inseticida em gel, com alto poder de atratividade e palatabilidade, para controle de baratas, a base de hidrametilnoma 2% do grupo químico amidinohidrazona. Composição: hidrametilnoma 2% p/p, benzoato de denatonium 0,001% p/p e inertes 97,999%. Condicionado em embalagens auto-aplicadoras de 10 gramas. Contém amargante que dificulta a ingestão humana. Deve possuir registro na Anvisa.
2	2000	und	Formicida - Isca inseticida em gel, com alto poder de atratividade e palatabilidade, para controle de formigas, a base de hidrametilnoma 0,9% do grupo químico amidinohidrazona. Composição: hidrametilnoma 0,9% p/p, benzoato de denatonium 0,001% p/p e inertes 99,099%. Condicionado em embalagens auto-aplicadoras de 10 gramas. Contém amargante que dificulta a ingestão humana. Deve possuir registro na Anvisa
3	200	Kg	Isca moluscicida a base de metaldeído 3% p/p, formulado em pellets para o controle de lesmas. Embalagem em caixa de 1kg com 4 unidades de 250g. Composição: metadeido 3% p/p, desnaturante (Benzoato de denatonium) 0,001% e excipientes. Contém amargante que dificulta a ingestão humana. Deve possuir registro na Anvisa.
4	500	Kg	Raticida Sob forma de grãos peletizados. Coloração rosa. Pronto para uso, dose única e com substância amargante. Composição: Bromadiolone 0,005%, amargante 0,001% e inertes 99,994%. Acondicionada em embalagem de 1kg (com 40 sachês de 25g), para facilitar o transporte, e a distribuição e proteger o ativo. Para controle das três espécies de roedores urbanos: <i>Musculus</i> , <i>Rattus</i> e <i>Rattus norvegicus</i> . Deve possuir registro na Anvisa.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

O controle de vetores é um dos maiores desafios da saúde pública no Brasil. E o cuidado com o meio ambiente está na raiz deste problema. As condições de determinado ecossistema são cruciais para a proliferação de animais transmissores de doenças. A saúde pública é afetada com a ineficiência do controle de vetores. Os vetores são insetos ou outros tipos de animais que habitam o meio urbano. Mosquitos, formigas, baratas, ratos e os

“barbeiros” são alguns exemplos.

Eles atuam como intermediários ao hospedar bactérias ou vírus e transmitir uma série de doenças quanto entram em contato com as pessoas. Como a presença destes tipos de animais é recorrente nas cidades, as patologias disseminadas por eles se alastram facilmente. E um quadro de epidemia, por sua vez, provoca muitos danos para a saúde pública. Hospitais e postos de saúde sobrecarregados e altos custos para controlar o surto de doenças são algumas das consequências.

A coordenação da Vigilância Ambiental em Saúde do município destaca que as ações de Controle de Vetores voltadas ao público em geral tem reflexos positivos na promoção da Saúde. A prevenção das doenças através do Controle desses vetores é fundamental para a saúde da população, e o mecanismo mais simples, barato e inteligente de atenção à saúde.

Os resultados dessas ações são significativos, quando conseguimos controlar a proliferação desses vetores, promover mudanças positivas no comportamento da população, Diante do exposto, a aquisição deste material, justifica-se pela necessidade da realização das ações de controle de vetores pela Vigilância Ambiental em Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

Com base no ano de 2022 e 2023 onde foram realizadas ações de dedetizações e considerando a demanda das repartições públicas nos dois anos do biênio (2024/2025), e considerando o último mapa estatístico gerado pela Unidade de Vigilância Ambiental em Saúde, estimam-se as seguintes quantidades a serem contratadas.

Por se tratar de Registro de Preços, o **quantitativo mínimo e máximo previsto** para demanda por esta administração Pública, poderá ser conforme tabela abaixo:

Técnica quantitativa								
ITEM	QUANT	UND	QTD MÍNIMA	QTDE. MÁXIMA	TEMPO ESTIMADO DE CONSUMO	ESTOQUE ATUAL	MÉDIA DE CONSUMO	TEMPO ESTIMADO DE ESTOQUE
Baraticida	2000	UNID	01	2000	12 MESES	0 KG	150 KG/MÊS	0 MÊS
Formicida	2000	UNID	01	2000	12 MESES	0 KG	150 KG/MÊS	0 MÊS
Isca moluscicida	200	KG	01	200	12 MESES	0 KG	150 KG/MÊS	0 MÊS
Raticida	500	KG	01	500	12 MESES	0 KG	150 KG/MÊS	0 MÊS

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado inicial para a presente contratação é de **R\$ 68.550,00 (sessenta e oito mil e quinhentos de cinquenta reais)**, conforme se verifica através das pesquisas de mercado constantes nos autos do processo em epígrafe.

ITEM	QUANT.	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Baraticida	2000	UND	R\$9,90	R\$ 19.800,00
Formicida	2000	UND	R\$ 9,90	R\$ 19.800,00
Isca Moluscicida	200	KG	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00
Raticida	500	KG	R\$ 41,90	R\$ 20.950,00
			TOTAL	R\$ 68.550,00

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O instrumento oriundo deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura e os contratos a partir do recebimento da primeira **ORDEM DE FORNECIMENTO** emitida pelo Contratante.

Os prazos de vigência poderão ser aditados na forma do artigo 105 e seguintes, para fins de contrato e do artigo 84, para fins de Ata de Registro de Preços, ambos da Lei 14.133/2021

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, por meio do Sistema de **Registro de Preços**, com adoção do critério de julgamento **menor preço por item**;

Importante destacar que se justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que as contratações futuras se darão por meio de entregas parceladas, cuja definição da demanda não é possível ser previamente quantificada com precisão, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários;

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Ficará a cargo da Contratada, os custos de transporte dos materiais e locomoção do pessoal necessário a execução do fornecimento, bem como, quaisquer despesas com material a ser utilizado.

Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com os objetos arrematados. Este documento é necessário para verificar aspectos legais e capacitações técnicas de uma empresa, comprovando a execução anterior do serviço.

Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos ou terceirizados da pessoa jurídica que não atendam ao acima disposto. A contratação deve conter as normas de sustentabilidade.

Manter, até o efetivo recebimento definitivo, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para contratação com a Administração Pública.

Administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

Os itens destinados a Vigilância Ambiental em Saúde, deverão ser entregues à Rua João Martins, nº 230, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, no horário das 08h às 17h; em dias úteis, quando serão apontados todos os vícios aparentes remanescentes de sua entrega.

O fornecimento será efetuado parcelado, pelo dispositivo requisitante, com prazo de entrega não superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no subitem anterior, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, devidamente justificado, sob pena da aplicação das sanções cabíveis

O fornecimento contratado será prestado na forma, dia, horário e local disposto na Ordem de Fornecimento, esta que será emitida conforme a necessidade desta Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens deverão ser alocados em local adequado que impeça a sua deterioração até o momento do seu uso. A entrega será feita mediante requisição da contratante por ordem de fornecimento, e-mail ou outro meio que se julgar apto.

O fornecimento prestado pela Contratada será conferido pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência.

O objeto entregue em desconformidade no que diz respeito à quantidade, qualidade ou demais especificações constantes neste Termo de Referência não serão recebidos pela Vigilância Ambiental em Saúde, ficando a contratada, neste caso, obrigada a promover a regularização da inconformidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a constatação do fato que deverá ser registrado no livro de ocorrência da da Direção Técnica de Enfermagem.

Não serão aceitos objetos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado aos administrados, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde,

especificamente designado para tal.

O fornecimento prestado deverá ser acompanhado da competente nota fiscal, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o fornecimento, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que o fornecimento será prestado em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do fornecimento do objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Disponibilizar os materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução do contrato;
- d) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- e) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;
- f) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- g) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;
- h) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal

responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

- i) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- k) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de fornecimento executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual;

11. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** – no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade dos serviços executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Ficha:	1320
Fonte:	1600
Programa de Trabalho:	10.305.059.2.182
Elemento:	3.3.90.30.99,00

Ficha:	1321
Fonte:	1621
Programa de Trabalho:	10.305.059.2.182
Elemento:	3.3.90.30.99,00

14. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de serviços, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. nº 618/2024

Folha nº 159

Rub. 

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

16. DAS PENALIDADES:

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplimento parcial da obrigação assumida;

- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)

- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU


Proc. nº 618/2024

Folha nº 156

Rub. 

São Pedro da Aldeia, 02 de maio de 2024,

Elaborado por:


Eremildom Luiz de Souza Junior
Chefe de Seção
Adm. Sec. de Saúde
Matr.: 41.935
Eremildom Luiz de Souza Junior
Chefe de Departamento
Mat. 41.935


Geraldo Lopes Vieira
Secretário Adjunto de Saúde
Mat. 37.879

APROVADO POR:


Maria Márcia Sampaio Fontes
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 37.877